



Processo: 32/DMMC/DIEM/24

Câmara Municipal de Lisboa

CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de Bens n.º 32/DMMC/DIEM/24

“AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O ARMAZÉM DO DIEM”

PROCESSO Nº 01/AQB/CPI/DGES/ND/2024”



Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 32/DMMC/DIEM/24

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

II - ANEXOS E MODELOS



I – PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Índice:

1. Designação do procedimento
 2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso
 3. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados
 4. Agrupamentos
 5. Modo de apresentação das Propostas
 6. Prazo para apresentação e manutenção das propostas
 7. Documentos da Proposta
 8. Idioma dos documentos da Proposta e indicação do Preço
 9. Propostas variantes
 10. Abertura das Propostas, Análise das Propostas e Relatório Preliminar de Adjudicação, Audiência Prévia e Relatório Final
 11. Preço Anormalmente Baixo
 12. Esclarecimentos das Propostas
 13. Critério de Adjudicação
 14. Documentos de Habilitação
 15. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos
 16. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma
 17. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação
 18. Causas de caducidade da adjudicação
 19. Minuta do Contrato
 20. Outorga do Contrato
 21. Reserva do direito de celebração de futuros contratos similares por Ajuste Direto
 22. Legislação aplicável
 23. Informação sobre Proteção de Dados Pessoais
- Nota Explicativa
- Anexos e Modelos



Câmara Municipal de Lisboa

1. Identificação geral do concurso; entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar; acesso às peças do procedimento

1.1 O presente procedimento destina-se à formação do contrato da **Aquisição de Bens n.º 32/DMMC/DIEM/24 – “AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O ARMAZÉM DO DIEM” - Processo 01/AQB/CPI/DGES/ND/2024.**

1.2 A entidade adjudicante é o Município de Lisboa.

1.3 O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Exma. Senhora Vereadora Filipa Roseta, por despacho datado de 14 de abril de 2025, exarado na informação n.º 705/DGES/25, de 04 de abril de 2025, no uso da delegação e subdelegação de competências que lhe foram conferidas através do Despacho n.º 166/P/2021 de 03 de novembro, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1446, de 04 de novembro de 2021, na sua última redação conferida pelo Despacho n.º 7/P/2025, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1612, de 9 de janeiro de 2025.

1.4 O Concurso não é constituído por lotes.

1.5 O procedimento tem por objeto a seleção de 1 (um) adjudicatário para a Aquisição de Bens.

1.6 A Aquisição resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre o Fornecedor selecionado e o Município de Lisboa.

1.7 O objeto do fornecimento de bens a prestar ao abrigo desta Aquisição inclui, todos os bens constantes do anexo IV, inserido neste Programa de Procedimento.

1.8 Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica. As peças do procedimento estão disponíveis para download gratuito na plataforma eletrónica. (Ver a Nota Explicativa 1).

1.9 O valor das propostas a apresentar pelos concorrentes deverá ser apresentado de acordo com os artigos que constam da “Lista de Bens e respetivos preços unitários (base)”, conforme anexo IV inserido no presente Programa de Procedimento.

1.10 Para cada artigo incluído no Anexo IV foi fixado um Preço unitário (base), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, sendo esse o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar por cada um dos bens ali indicados.



Câmara Municipal de Lisboa

- 1.11** Nos termos do disposto no ponto anterior, todos os preços unitários a apresentar pelos concorrentes nas respetivas propostas devem ser iguais ou inferiores aos Preços unitários (base) definidos pela entidade adjudicante para cada artigo, resultando aqueles da aplicação da redução percentual fixa/constante que constitui o atributo da sua proposta sobre a totalidade dos já mencionados Preços Base (Unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão da proposta.
- 1.12** A totalidade das aquisições a realizar ao abrigo da Aquisição de Bens não poderá ultrapassar o montante de € 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
- 1.13** O procedimento é tramitado sob a forma de concurso público, alínea c) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 16º, conjugado com a alínea a) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (de ora em diante CCP), sendo que este concurso carece de publicidade internacional.
- 1.14** Tendo em conta a implementação da ISO20400 no Município de Lisboa e atento ao facto de o Município de Lisboa prosseguir uma política de compras sustentáveis, o contrato a celebrar promoverá a sustentabilidade através da valoração de critérios ambientais, sociais e económicos. Globalmente, tendo em consideração que estamos na presença de uma compra sustentável e que inclui o cumprimento do Código de Conduta dos Fornecedores do Município de Lisboa, o contrato contribuirá para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
- ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico (Meta 4, 7 e 8);
- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis (Meta 7);
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Metas 5 e 6);
- ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos (Meta 17).

2. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do concurso

- 2.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e via plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, competindo a prestação de resposta ao Júri nomeado neste procedimento.
- 2.2.** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, através da plataforma eletrónica, até ao segundo terço do prazo para a apresentação das propostas.
- 2.3.** O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso, bem como prestar esclarecimentos, até ao final do prazo previsto no



Câmara Municipal de Lisboa

número anterior, ou até ao final do prazo de apresentação das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

- 2.4. Os esclarecimentos e retificações serão juntos às peças do processo de concurso, prevalecendo sobre as restantes peças em caso de divergência.
- 2.5. Na falta de resposta dentro dos prazos referidos no ponto 2.2, o prazo fixado para a apresentação das propostas, será prorrogado por período igual ao do atraso verificado.
- 2.6. Quando as retificações referidas no ponto 2.3 implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

3. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados

A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, a entidade que preside ao mesmo pode decidir prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, por período adequado, o qual aproveita a todos os interessados, sendo a decisão publicitada no Diário da República e notificada, via plataforma eletrónica, a todos os interessados que tenham acedido às peças do procedimento.

4. Agrupamentos

- 4.1. Sem prejuízo do disposto neste Programa de Procedimento podem ser concorrentes ao concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que não se enquadrem nas situações expressamente previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, caso em que serão excluídos do concurso.
- 4.2. Os membros do agrupamento não podem ser concorrentes no mesmo concurso nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas;
- 4.3. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena da adjudicação caducar.
- 4.4. Com exceção do documento previsto na alínea d) do ponto 7 deste Programa de Procedimento, os membros que integram o agrupamento concorrente podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta e receção de notificações e



Câmara Municipal de Lisboa

comunicações, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

- 4.5. Não existindo representante comum, as propostas e restante documentação relativa ao procedimento são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

5. Modo de apresentação das propostas

- 5.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.8 deste Programa, até ao termo do prazo fixado estipulado no ponto 6.1 do presente Programa de Procedimento.
- 5.2. O documento identificado na alínea c) do ponto 7, ou seja, a lista de preços unitários, é preenchido diretamente no mapa fornecido pela entidade adjudicante (Anexo V deste programa de concurso), e apresentado no formato “xls” (Excel). No que se refere aos preços unitários, estes serão apresentados com, no máximo, duas casas decimais.
- 5.3. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo da receção.

6. Prazo para apresentação e manutenção das propostas

- 6.1. O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.8.
- 6.2. O prazo para a manutenção das propostas é de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 6.3. Até ao termo do prazo para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade que preside ao concurso.
- 6.4. Os interessados que tenham retirado a sua proposta, nos termos anteriores, podem apresentar nova proposta, desde que a mesma seja apresentada no prazo indicado no ponto 6.1.

7. Documentos da proposta



Câmara Municipal de Lisboa

As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único Contratação Pública (DEUCP), de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, através do qual foi criado o formulário-tipo do DEUCP.

Quando agrupamentos de operadores económicos participarem em conjunto neste procedimento de contratação, deve ser apresentado um DEUCP distinto que contenha as informações relativamente a cada um dos operadores económicos participantes, ou seja, cada membro do agrupamento deve apresentar um DEUCP distinto.

- b) Documento que contenha os atributos da proposta, submetidas à concorrência pelo Caderno de Encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sendo, obrigatoriamente, usado, para o efeito o modelo constante do Anexo II;
- c) Lista de preços unitários dos artigos previstos na “Lista de Bens e respetivos preços unitários (base)” (Anexo IV), preenchida diretamente no Anexo V a este Programa de concurso, e apresentadas no formato “xls” (Excel). No que se refere aos preços unitários, estes serão apresentados com, no máximo, duas casas decimais;
- d) Em caso de agrupamentos, cada agrupamento concorrente deve entregar uma declaração, assinada por todos os membros, em como, em caso de adjudicação, se agruparão na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária.

Notas Importantes:

- **Na apresentação dos preços unitários da sua proposta (Anexo V)** os candidatos devem ter em conta que os mesmos devem resultar da aplicação da redução percentual fixa/constante que constitui o atributo da sua proposta, aplicada sobre a totalidade dos Preços Base (Unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante, com arredondamento às duas casas decimais (cêntimo).
- **Para preenchimento do referido Anexo V, bastará colocar o valor da redução proposta pelo concorrente, no primeiro artigo da lista (assinalado a amarelo). A partir daí, o quadro será, automaticamente, preenchido.**
- Uma vez que a aquisição de bens tem por objeto o fornecimento de material elétrico prioritário e urgente, nas quantidades em que se venha a revelar necessária, nos casos em que não é possível definir e planear antecipadamente as compras, as quantidades indicadas no Anexo A do presente Programa de Procedimento (Mapa de Quantidades Estimadas) devem ser entendidas como meramente indicativas da previsível incidência dos bens nela previstos, não sendo, por isso e para quaisquer efeitos, vinculativas.
- **O material que a CML pretende adquirir, indicado no Anexo A, destina-se à substituição de alguns equipamentos em edifícios municipais ou a cargo do município. Por esta razão o material/equipamento a**



Câmara Municipal de Lisboa

adquirir deverá cumprir rigorosamente, as características definidas no Anexo A, de modo a corresponder, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista estético, ao material/equipamento existente na instalação objeto da manutenção.

8. Idioma dos documentos da proposta e indicação do preço

- 8.1. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 8.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 8.3. Quando os preços da proposta também forem indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os algarismos.
- 8.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

9. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

10. Abertura das propostas, análise e avaliação das propostas, relatório preliminar de adjudicação, audiência prévia e relatório final

- 10.1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, realizar-se-á a abertura das propostas, procedendo-se à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
- 10.2. Finda esta formalidade, o Júri analisa as propostas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no ponto 13. do Programa do Concurso, excluindo as propostas que:
 - a) Não apresentem alguns dos atributos, ou algum dos termos ou condições, exigidos no Programa do Concurso e no Caderno de Encargos;
 - b) Sem prejuízo do disposto no artigo 49.º n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do Código dos Contratos Públicos, apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;



Câmara Municipal de Lisboa

- c) Seja impossível a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- d) Conttenham preços unitários que sejam superiores aos preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante;
- e) Conttenham preços unitários a que correspondam reduções percentuais diferentes, relativamente aos preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante, nos termos do estabelecido no ponto 13 do Programa de Concurso;
- f) Conttenham preços unitários que sejam anormalmente inferiores aos Preços Base (Unitários) constantes da lista fornecida pela entidade adjudicante, conforme alínea c) do ponto 7 deste Programa de Concurso e cujos esclarecimentos não tenham sido prestados ou não tenham sido considerados adequados pelo Júri, nos termos dos pontos 11 e 12 do Programa de Concurso;
- g) O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- h) Revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- i) Tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- j) Sejam apresentadas por agrupamentos concorrentes, em violação do disposto no ponto 4.2 deste Programa do Procedimento;
- k) Sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- l) Não sejam constituídas por todos os documentos e respetivos requisitos de preenchimento exigidos nos termos do ponto 7 do Programa de Procedimento;
- m) Não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do CCP;
- n) Sejam apresentadas como variantes uma vez que estas não são admitidas por este Programa de Procedimento;
- o) Não observem as formalidades do modo de apresentação de propostas fixadas nos termos do artigo 62.º do CCP;
- p) Sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- q) Sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que este Programa de Procedimento assim o preveja expressamente;
- r) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;

10.3.A exclusão das propostas com fundamento na alínea h) será comunicada de imediato à Autoridade da Concorrência.



Câmara Municipal de Lisboa

10.4. A exclusão das propostas com fundamento na alínea f) será comunicada de imediato à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

10.5. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o aos concorrentes para que, num prazo de 5 dias, se pronunciem por escrito.

10.6. Após o disposto no ponto anterior, o Júri elabora o relatório final fundamentado, cumprindo-se o disposto no artigo 148º do CCP.

11. Preço anormalmente baixo

No âmbito do presente procedimento não serão definidas as situações em que o preço ou custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 71º do CCP.

12. Esclarecimentos das propostas

12.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

12.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes nos documentos que as constituem as propostas, nem alterar ou completar os respetivos atributos nem podem suprir as omissões que determinariam a sua exclusão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

12.3. Os esclarecimentos são notificados a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica.

13. Critério de adjudicação

13.1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74º o CCP, designadamente:

- Redução percentual Proposta, fixa/constante, a aplicar sobre a totalidade dos preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante.



Câmara Municipal de Lisboa

- 13.2.** Para efeitos de adjudicação, as propostas serão ordenadas tendo em conta o valor da maior redução percentual efetuada, por cada concorrente, relativamente aos preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante.
- 13.3.** A referida redução percentual, apresentada com duas casas decimais, é fixa e constante para todos e cada um dos preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão da proposta.
- 13.4.** O valor dos Preços Unitários Propostos deverá ser o resultado da aplicação da redução percentual sobre os preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante, com arredondamento a duas casas decimais.
- 13.5.** Em caso de erros de arredondamento, a entidade adjudicante procederá às necessárias correções, quando possível.
- 13.6.** Em caso de igualdade pontual, o desempate é feito por sorteio a realizar na presença de todos os interessados em data, hora e local a definir e a notificar pela entidade adjudicante:
- a) Face à ausência da comparência de todos ou algum dos representantes legais dos concorrentes, a entidade adjudicante designa de entre os funcionários, da Divisão de Lançamento de Empreitadas, para representarem a ou as empresas em falta;
 - b) Num saco opaco, colocar-se-ão cartões, numerados de 1 até ao número de empresas a desempatar;
 - c) Contar-se-ão os representantes das empresas interessadas presentes no ato e até à hora final e designar-se-ão tantos funcionários deste serviço, quantos os necessários para suprir a ausência das empresas interessadas;
 - d) Cada representante das empresas presentes procederá à extração de um cartão de dentro do saco, seguindo-se o mesmo procedimento para os funcionários que representem as empresas ausentes;
 - e) As empresas ficarão ordenadas consoante a numeração do cartão retirado.

14. Documentos de Habilitação

- 14.1.** Via plataforma eletrónica, será cada adjudicatário notificado da decisão de adjudicação, solicitando-se ao mesmo que:
- a) Apresente os documentos de habilitação exigidos no ponto 14.2 deste Programa de Concurso;



Câmara Municipal de Lisboa

- b) A prestação da caução está dispensada, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.
- c) Confirme, no prazo máximo de 10 dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

14.2. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do CCP:
 - i. Certidão da Conservatória do Registo Comercial;
 - ii. Certidão do Registo Criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da Empresa, em efetividade de funções;
 - iii. Declaração comprovativa de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - iv. Declaração comprovativa de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - v. Cópia do BI / Cartão do Cidadão, das pessoas com poderes para outorgar o contrato (com a respetiva morada);

14.3. A entidade adjudicante pode sempre solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos.

14.4. Com os documentos de habilitação, a entidade adjudicatária deverá apresentar:

- Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto, extraído do Portal rcbe.justica.gov.pt;

15. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos

15.1. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento os documentos previstos nas alíneas a) e b) do ponto 14.2 devem ser apresentados por todos os seus membros;

15.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 14.3 do Programa de Concurso.

16. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma



Câmara Municipal de Lisboa

- 16.1.** Os documentos de habilitação são apresentados em língua portuguesa ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, estarem acompanhados de tradução devidamente legalizada, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 16.2.** Os documentos deverão ser apresentados, até ao fim do prazo fixado na respetiva notificação, no endereço identificado no ponto 1.8 deste Programa de Procedimento.
- 16.3.** Para os documentos referidos na alínea b) do ponto 14.2, quando se encontrem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário indicar à entidade adjudicante o endereço e o sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que aqueles estejam em língua portuguesa.
- 16.4.** Desde que devidamente fundamentada, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário a apresentação de originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, nos termos do ponto 16.1 do Programa de Procedimento.

17. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação

A entidade que preside ao concurso notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibiliza-os para consulta na morada indicada no ponto 1.8 deste Programa de Procedimento.

18. Causas de caducidade da adjudicação

- 18.1.** Sem prejuízo do disposto no ponto seguinte e de outras situações previstas no CCP, a adjudicação caduca nos seguintes casos:
- a)** Não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado na respetiva notificação;
 - b)** Não apresentação dos documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
 - c)** Não prestação da caução por facto imputável ao adjudicatário, quando aplicável;
 - d)** Não confirmação dos compromissos, nos termos do artigo 93.º do CCP;
 - e)** Não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário;
 - f)** Pela não associação dos membros de um agrupamento, na modalidade exigida no ponto 4.3 deste Programa de Procedimento;
 - g)** Pela falsidade de documentos e declarações apresentados.



Câmara Municipal de Lisboa

18.2. Quando as situações anteriores se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, a entidade que preside ao concurso concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

19. Minuta do Contrato

19.1. Após a aprovação da minuta do contrato, pelo órgão competente para a decisão de contratar, a entidade que preside ao concurso notifica-a ao adjudicatário para que este, no prazo máximo de 5 dias, apresente o que tiver por conveniente.

19.2. A minuta do contrato considera-se tacitamente aceite se o adjudicatário nada disser dentro do prazo referido no ponto anterior.

19.3. Em caso de reclamação da minuta por parte do adjudicatário, a entidade que preside ao concurso, nos 10 dias a contar da receção da reclamação, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à sua rejeição.

20. Outorga do Contrato

20.1. A outorga do contrato deverá ter lugar nos 30 dias contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 104.º do CCP.

20.2. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado para o efeito, sendo tal situação comunicada ao IMPIC, IP.

20.3. Se a não outorga do contrato for imputável à entidade adjudicante, e sem prejuízo de poder exigir a sua celebração judicialmente, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a indemnizar o adjudicatário por todas as despesas e encargos que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.

21. Reserva do direito de celebração de futuros contratos similares por Ajuste Direto

De acordo com o exposto na alínea a) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, o dono de obra poderá, em contratações futuras para fornecimentos similares, vir a adotar a modalidade de Ajuste Direto.



Câmara Municipal de Lisboa

22. Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e restante legislação aplicável.

23. Informação sobre Proteção de Dados Pessoais

23.1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), o Município de Lisboa é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.

23.2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.

23.3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.

23.4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los ao Município de Lisboa, nos termos previstos no RGPD.

23.5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspetivos.

23.6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar



Câmara Municipal de Lisboa

consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;

- b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
- c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

23.7. Exceto quando diversamente estipulado, os termos utilizados em maiúsculas no presente artigo terão o significado que lhes é atribuído no artigo 4.º do RGPD.



Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 32/DMMC/DIEM/24

NOTA EXPLICATIVA 1

NOTA EXPLICATIVA SOBRE A SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS:

Aquando da submissão das propostas, os concorrentes deverão, no preenchimento do formulário principal – Lista de Itens, ter em atenção o seguinte:

- No campo “valor da proposta” deverá colocar-se o valor Base previsto pela entidade adjudicante no ponto 1.12 deste Programa de Procedimento: 450.000,00€



ANEXOS E MODELOS



Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 32/DMMC/DIEM/24

ANEXO I

[Artigo 57.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos e Ponto 7, alínea a) do Programa de Concurso] Documento Europeu Único de Contratação Pública

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deve completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela CML, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.



ANEXO II

[Ponto 7, alínea b) do Programa de Procedimento]

Identificação da empresa concorrente (ou das empresas concorrentes, no caso de se tratar de Agrupamento), declara que os atributos da sua proposta são os seguintes:

1. O valor da proposta é de **€ 450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil euros), (*) acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.
 2. A redução percentual de % (duas casas decimais), aplicável a todos os preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante.
 3. Os Preços Unitários Propostos, constantes da lista anexa à sua proposta e que dela fazem parte integrante, obtidos através da aplicação da redução percentual referida no ponto anterior sobre a totalidade dos preços base (unitários) indicados na lista fornecida pela entidade adjudicante.
- **NOTA 1:** Para o correto preenchimento deste anexo, o concorrente deverá verificar o critério de adjudicação aplicável ao procedimento de contratação da Aquisição.
 - **NOTA 2:** A Lista anexa à sua proposta, referida no **ponto 3**, deverá ser preenchida diretamente no **Anexo V**, fornecido pela entidade adjudicante

(*) – Este valor é fixo, e não pode ser alterado pelos concorrentes, independentemente da taxa de redução que venha a ser apresentada, para cada Lote.



ANEXO III

**[Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do CCP
e Ponto 14.2, alínea a) do Programa de Procedimento]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.



Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 32/DMMC/DIEM/24

ANEXO IV – LISTA DE BENS E RESPETIVOS PREÇOS UNITÁRIOS (BASE)

ANEXO V – LISTA DE BENS

ANEXO A – MAPA DE QUANTIDADES ESTIMADAS (NÃO VINCULATIVAS)